

A crise da economia brasileira

JOSE ANTONIO
SANT'ANA
PROFESSOR DA UnB

A economia brasileira é hoje, sem sombra de dúvida, uma economia internacionalizada e, portanto, uma economia muito mais vulnerável ao mercado internacional. Mais ainda, a eficácia da política econômica nacional vai depender das políticas econômicas que estejam sendo adotadas nos demais países.

Assim, não se pode falar em crise brasileira sem abordar a recessão da economia mundial. A solução para a crise brasileira dependeria da solução para a recessão mundial.

A CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL

A década de 70 foi marcada por uma série de choques econômicos: uma notável redução na taxa de crescimento dos países capitalistas, altas taxas de inflação, um dramático aumento nos preços do petróleo, um crescimento enorme da liquidez no mercado de Euromoedas e aumento no desemprego. O ajustamento a esta nova ordem econômica mundial continua sendo o principal problema para as economias capitalistas na década de 80.

O PNB dos países industrializados cresceu em média 3,1% ao ano nos anos 70, enquanto que nos anos 60 esta taxa tinha sido de 5% ao ano. A inflação que foi bastante baixa na década de 70, passando de uma taxa de 4% nos anos 60 para 9% nos anos 70.

Devido a estas taxas de inflação e ao aumento no preço do petróleo, a política econômica posta em prática nos países desenvolvidos

caracterizou-se pelo estabelecimento de políticas monetária e fiscal restritivas objetivando reduzir a demanda interna, criar condições favoráveis para a redução na taxa de crescimento da inflação e melhorar o balanço de pagamentos, via redução de importações e aumento de exportações.

O resultado da implementação destas políticas se fez sentir em 1980, quando se registrou um declínio acentuado da atividade econômica em quase todos os países industrializados. A

taxa de crescimento do PNB que foi em média 4%aa. no período 1976-79, caiu para 1,5aa. em 1980. Alguns países (Canadá, Estados Unidos e Inglaterra) apresentaram taxas de crescimento negativas em 1980.

Como consequência da diminuição no ritmo da atividade econômica, as taxas de desemprego têm aumentado. Nos países industrializados como um todo o desemprego representou 6% da força de trabalho em 1980. Na área da OCDE estima-se que 24,3 milhões de pessoas estejam desem-

pregadas em 1981 contra 21,5 milhões em 1980. As projeções indicam que o número de desempregados na área da OCDE será de 26 milhões em 1982.

A expectativa é de um moderado crescimento para os países industrializados nos anos de 1981 (1,5%) e 1982 (2%) acompanhado de somente um modesto declínio na taxa de inflação (9,5% em 1981 e 8% em 1982). A taxa de desemprego já elevada em 1980 deverá crescer mais ainda em 1981 e 1982.

A combinação de altas

taxas de inflação e desemprego, que vêm acontecendo desde 1973 nos países industrializados, continuará a ser o maior problema para os países ocidentais.

A situação da economia mundial se apresenta nebulosa tanto para os países desenvolvidos quanto para os subdesenvolvidos, que também se confrontam com graves problemas de inflação, balanço de pagamentos e aumento no desemprego.

O aumento nos preços do petróleo, nos preços dos produtos manufaturados

importados, o aumento na taxa de juros do mercado de euromoedas e a redução no crescimento das exportações levaram os países subdesenvolvidos a maciços déficits em seus balanços de pagamentos. O financiamento destes déficits exigiu elevados empréstimos internacionais a "spreads" mais elevados e em consequência o ônus do serviço da dívida (juros e amortizações) aumentou violentamente nos anos recentes.

A solução para a recessão mundial não está em ações isoladas e sim em um consenso que pode ser encontrado através de um acordo internacional. A resposta apropriada para a recessão mundial deve incluir uma divisão equitativa do ônus do ajustamento entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A recessão mundial não será solucionada enquanto tivermos de um lado os mesmos países superavitários e de outro os mesmos países deficitários. É na eliminação de superávits e déficits que estaria a solução para a recessão mundial.

A CRISE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Enquanto em 1980 a economia mundial apresentou um quadro de recessão, a economia brasileira apresentou um quadro de surpreendente crescimento. O crescimento do PIB verificado no ano de 1980 (8%) foi idêntico à média dos últimos 15 anos (8,5%) e foi mais elevado que a média dos anos seguintes ao aumento nos preços do petróleo (6,9%).

Com o PIB crescendo a 8% obviamente que a taxa de desemprego deveria ser baixa em 1980. A taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas caiu a partir do segundo semestre de 1980. É interessante observar que o índice de emprego apresenta-se em elevação no período 1978-1980 em 9 regiões metropolitanas.

Em resumo, nos últimos anos a economia brasileira vinha se apresentando em expansão, com altas taxas de crescimento do PIB, da produção industrial e com o nível de emprego em expansão. Exatamente o oposto do que estava acontecendo na economia mundial.

Este crescimento só foi possível devido a um elevado grau de endividamento externo. Com a política de endividamento, o Brasil adiou a crise por sete anos. Desde 1974 (crise do petróleo) as autoridades vinham minimizando a crise internacional e congratulando-se pela boa credibilidade do país. Os déficits crescentes do balanço de pagamentos eram financiados com empréstimos externos com a consequente elevação da dívida externa.

No final de 1980 a política de endividamento externo não foi mais possível de ser seguida porque, mesmo cobrando os "spreads" mais altos do mercado, o mercado de euromoedas começou a reduzir seus empréstimos ao Brasil. Assim, as autoridades decidiram pela adoção de políticas econômicas restritivas (redução na expansão dos meios de pagamento, crédi-

to e de gastos do governo), semelhantes às adotadas nos países desenvolvidos.

Como consequência das políticas econômicas adotadas desenvolveu-se ao longo de 1981 um processo de ajustamento na economia via redução da demanda global (consumo e investimento).

As informações disponíveis mostram uma sensível desaceleração na economia até agosto deste ano, com queda elevada na produção industrial e aumento do desemprego.

Este desempenho da economia brasileira neste primeiro semestre refletiu tardiamente o que vem se passando em toda a economia mundial. Este processo tardio de adaptação às condições da economia mundial reside na necessidade de reduzir o déficit do balanço de pagamentos e a taxa de inflação. Além disso, há necessidade de se conseguir continuar financiando o citado déficit em transações correntes.

Trata-se de um ajustamento inevitável que está se dando em todas as economias capitalistas. Através da crise reduz-se a demanda global gerando-se assim um excedente. Este excedente necessita ser enviado ao exterior devido direta ou indiretamente ao aumento no preço do petróleo e serviço (juros + amortização) da dívida externa.

O setor externo é o gerador da crise atual. Por outro lado, é importante lembrar que a profundidade da rigidez da crise atual se deve a um erro de política econômica. A atual política restritiva poderia ter sido evitada se tivesse sido posta em prática há sete anos atrás como nos demais países e em doses mais suaves. Com uma inflação de 30% ao ano, com uma dívida externa de US\$ 17 bilhões, com um serviço da dívida de US\$ 2,6 bilhões e com o preço do petróleo a US\$ 11 o barril, o Brasil teria tido maior margem de manobra.

A redução da demanda global (consumo e investimento) levou a uma redução acentuada na produção industrial nos oito primeiros meses do ano (-5,9%). Os índices de produção industrial apresentam quedas generalizadas que caracterizam uma crise econômica em praticamente todos os setores industriais.

Pela primeira vez, desde 1976, a produção industrial apresentou um índice anual negativo (-1,1%) nos doze meses terminados em agosto.

Como consequência da queda na produção, temos de um lado um reequilíbrio da balança comercial e uma redução da taxa de aumento da inflação e, por outro, um sensível e crescente aumento no desemprego.

De acordo com estimativas do FIBGE em julho o número de desempregados somava 917 mil pessoas nas seis principais regiões metropolitanas. De acordo com a mesma fonte havia 1,3 milhão de pessoas subempregadas. Em julho a taxa média de desemprego foi de 8,2% nas seis regiões metropolitanas.

ALTERNATIVAS PARA A CRISE

Em resumo, a economia

brasileira se encontra em meio a um tardio programa de estabilização, que obteve resultados em termos de crescimento menor da inflação, de captação de recursos externos e de redução das importações. Por outro lado, a consequência deste programa de estabilização tem sido o aumento crescente do desemprego.

A solução para a crise brasileira depende de se encontrar uma solução para a crise mundial, sem o que seria impossível resolver o problema do setor externo do país. Como esta eliminação de superávits e déficits é muito difícil de ser negociada, no curto prazo, em consequência, parece ser que não resta alternativa à economia brasileira senão persistir com políticas monetária e fiscal restritivas, que levarão a uma maior redução da atividade econômica e a um maior número de pessoas desempregadas, tal qual o quadro internacional.

No entanto, o desemprego não é necessariamente o preço a ser pago para combater os desequilíbrios externos. Ainda que a solução para a crise esteja em um novo acordo internacional, o problema do desemprego pode ser minimizado. Há necessidade de uma estratégia que reduza os efeitos da crise e utilize mais intensamente os recursos internos ociosos.

Para reduzir o problema do desemprego seria necessário reativar a atividade econômica em alguns setores com baixo componente importado. Desta forma estaríamos fortalecendo o mercado interno e diminuindo o desemprego, sem onerar mais o endividamento externo.

Assim, é necessário alterar a estrutura física da produção do país, no sentido de incentivar setores que contribuam para sustentar o emprego e a demanda agregada e que tenham baixo impacto sobre a balança de pagamento. Já não é mais possível continuar com a prioridade do automóvel e eletrodomésticos.

A maior vantagem deste tipo de recomposição da produção seria a ênfase a ser dada aos principais setores produtores de bens e serviços de primeira necessidade (habitação, saúde, educação, vestuário e transporte).

Deveria haver, portanto, um incentivo e um aumento dos gastos públicos nesses setores, uma vez que estes setores exercem baixa pressão sobre o balanço de pagamento, são setores que absorvem bastante mão-de-obra e, como grande parte do custo é de mão-de-obra, o dinheiro injetado circula rápido e vai dinamizar outros setores da economia.

Através de uma reforma tributária (rendas não tributadas) se buscaria recursos não inflacionários para a expansão destes setores.

Portanto, há necessidade de reorientação dos gastos públicos com um reexame de suas prioridades e de uma reforma do sistema tributário com o objetivo de mobilizar recursos humanos e materiais hoje ociosos sem aumentar as pressões sobre as contas externas.

